

RECONHECIMENTO DO REGIME REPUBLICANO

O reconhecimento internacional do regime republicano, instituído no Brasil por golpe militar de 15 de novembro de 1889, foi relativamente rápido e fácil. Menos de três meses depois, os principais países americanos já tinham estabelecido relações formais com o novo regime. Até dezembro de 1890, todas as potências europeias, à exceção da Grã-Bretanha e da Rússia, fizeram o mesmo. Não foram necessárias missões diplomáticas especiais para alcançar este objetivo, nem se recorreu à intermediação de outros países.

Na América do Sul, o primeiro país a reconhecer a República brasileira foi o Uruguai, em 20 de novembro de 1889; na Europa, San Marino, em 22 de fevereiro de 1890. Na África, o pioneirismo coube ao Marrocos, em 1º de fevereiro de 1890; e, no Oriente Médio, à Pérsia, em 3 de março de 1890. A tabela anexa apresenta, em ordem cronológica, as datas do reconhecimento *formal* do regime republicano pelos principais países americanos e europeus, intercaladas com as datas de eventos do início da história republicana do Brasil que ajudam a elucidar a cronologia.

RECONHECIMENTO FORMAL / EVENTO	PAÍS / EVENTO RELEVANTE NO BRASIL
<i>18 e 19/11/1889</i>	<i>Governo Provisório comunica respeito aos compromissos assumidos</i>
03/12/1889	Argentina
05/12/1889	Uruguai
13/12/1889	Chile
<i>14/12/1889</i>	<i>Governo Provisório decreta a “grande naturalização”</i>
20/12/1889	Paraguai
27/12/1889	Peru
03/01/1890	Bolívia
07/01/1890	Venezuela
27/01/1890	México
29/01/1890	Estados Unidos da América e Equador
22/02/1890	Sereníssima República de San Marino
20/06/1890	França
<i>15/09/1890</i>	<i>Eleição do primeiro Congresso Nacional como Assembléia Constituinte</i>
18/09/1890	Portugal
26/09/1890	Suíça
23/10/1890	Santa Sé
26/10/1890	Itália
29/11/1890	Império Alemão e Reino da Suécia e Noruega
06/12/1890	Reino da Bélgica

<i>24/02/1891</i>	<i>Promulgação da primeira Constituição da República</i>
04/05/1891	Grã-Bretanha
<i>05/12/1891</i>	<i>Morte de d. Pedro II</i>
26/05/1892	Rússia

(Fontes: BRANCATO, 1989; CARVALHO, 1998)

HISTÓRICO E ANTECEDENTES

A Independência brasileira, oficializada em 7 de setembro de 1822, só obteve o reconhecimento português em 29 de agosto de 1825, quase três anos depois de anunciada. O tratado que oficializou tal medida, negociado sob mediação britânica, impunha ao Brasil várias obrigações, como o pagamento de indenização de dois milhões de libras e a renúncia a propostas de união com outros territórios coloniais de Portugal.

Só depois disso, e de mais negociações, os principais países da Europa fizeram o mesmo. A França reconheceu a Independência brasileira em 25 de outubro de 1825; a Rússia, em 14 de janeiro de 1826. A Grã-Bretanha, maior potência mundial na época, só se considerou plenamente satisfeita em 17 de agosto de 1827, após negociar Tratado de Amizade, Navegação e Comércio em que renovava, por um prazo de mais 15 anos, os privilégios de que gozara até então.

Por contraste, a transição do regime monárquico para a República, quase sete décadas depois, ocorreu em condições mais favoráveis, em termos relativos. Se a instalação da República se deu de forma pacífica, o 7 de setembro desencadeara guerras de independência que duraram quase um ano. Mas, por outro lado, o reconhecimento do regime republicano, principalmente na Europa, não foi automático, já que alguns fatores pesavam contra as pretensões de reconhecimento da República recém-instalada.

Em primeiro lugar, a Monarquia tinha mais prestígio na Europa do que teria a República: enquanto o antigo regime era reputado como exceção na América, a instalação do novo regime multiplicou apreensões quanto à possibilidade de o Brasil repetir a trajetória conturbada de seus vizinhos, que no Velho Mundo tinham fama de “republichetas”. Em segundo lugar, a República brasileira poderia ser considerada ilegítima

por resultar de golpe militar contra dinastia que tinha vínculos familiares na Europa. E em terceiro lugar, mas não menos importante, o pior obstáculo: naquele contexto de acirradas disputas imperialistas, instabilidade política ou insolvência financeira em países periféricos poderiam motivar intervenções estrangeiras, como acontecia não muito longe das **fronteiras brasileiras**.

Considerado esse cenário, é possível afirmar que a diplomacia brasileira da jovem República agiu com sucesso relativamente notável, contornando as dificuldades com uma desenvoltura que fazia inveja aos diplomatas do Primeiro Reinado. Havia, por exemplo, carência de quadros qualificados para a diplomacia no novo regime, agravada pela demissão ou aposentadoria de importantes diplomatas que se consideraram incompatibilizados com a República por terem servido à Monarquia. Foram os casos, por exemplo, do conde de Villeneuve, que representava o Brasil na Bélgica; de Correia de Araújo, no Chile; de Andrade Figueira, no Uruguai; e do barão de Penedo, que recusou convite para servir sob o Governo Provisório após quase quatro décadas como representante do Império em Washington e Londres. Para contornar o problema, a República nascente não hesitou em preservar no corpo diplomático funcionários sabidamente monarquistas, como Aguiar de Andrada (ministro brasileiro em Portugal), o cônsul Múcio Teixeira ou mesmo José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco.

Além disso, um decreto do Governo Provisório, em 14 de dezembro de 1889 (depois incorporado à Constituição de 1891), instituiu a “grande naturalização”: todos os estrangeiros residentes no Brasil em 15 de novembro teriam automaticamente concedida a cidadania brasileira, a não ser que manifestassem desejo em contrário no prazo máximo de seis meses. Isso gerou protestos de vários governos, principalmente europeus, que demonstraram contrariedade quanto ao que consideraram o caráter compulsório da naturalização. O governo brasileiro contornou tal obstáculo ao reconhecimento do novo regime com o argumento de que respeitava os direitos de todos os estrangeiros, o que foi comprovado por meio das listas de pessoas que tinham, com sucesso, procurado as

autoridades brasileiras para solicitar a conservação de suas nacionalidades.

Mas a questão mais premente era mesmo econômica. Segundo Rodrigues e Seitenfus, o Tesouro brasileiro recebeu de herança, em 15 de novembro, uma dívida que já alcançava cifra maior que um bilhão de contos. Quanto a isso, o Governo Provisório não hesitou: no mesmo dia em que foi instalado – antes mesmo da promulgação de uma nova Constituição, portanto –, emitiu resolução declarando respeitar todos os compromissos internacionais já assumidos. O novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (que viria a ser denominado ministro das Relações Exteriores a partir de 30 de outubro de 1891) era o jornalista carioca Quintino Bocaiúva (15/11/1889 a 17/01/1891), que solicitou o reconhecimento das novas instituições ao comunicar aquela resolução às legações instaladas no país entre os dias 18 e 19 de novembro. Isso implicou reconhecer, preservar e executar todos os tratados internacionais ainda válidos, a dívida pública interna e externa contraída no regime monárquico, os contratos em vigor e todas as demais obrigações legalmente constituídas.

Respeitados, assim, os contratos assumidos no Império, e preservados os interesses de estrangeiros no país, não demorou muito mais o reconhecimento da República no exterior. Afinal, ainda que tivesse sido fruto de um golpe militar, o novo regime fora instituído de forma pacífica.

REPERCUSSÃO NAS AMÉRICAS

É quase consensual, na escassa literatura sobre a história da política externa brasileira, que a instalação da República no Brasil significou a “republicanização” e a “americanização” (mas não “norte-americanização”) das estratégias de inserção internacional do país. Por isso, teria predominado, na infância do novo regime, uma perspectiva idealista das relações exteriores, que redundou numa percepção equivocada de suposta irmandade e confraternização com os países americanos.

A repercussão positiva da notícia da instalação do regime republicano entre as repúblicas vizinhas teria reforçado aquela orientação. Como já tinha apontado o Manifesto

Republicano de 1870, a Monarquia brasileira era vista com desconfiança no continente, onde predominava a opinião de que constituía uma anomalia aquilo que na Europa era tido como sinal de estabilidade e prestígio. O 15 de novembro pareceu, no curto prazo, debelar prevenções que os países vizinhos tivessem contra o histórico de intervenções militares do Império brasileiro, principalmente na bacia do Prata.

Por isso, a República foi saudada na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai com manifestações de entusiasmo e simpatia, tendo obtido reconhecimento desses países ainda em 1889. A exceção parece ter sido a Venezuela: ao receber a notícia da queda da Monarquia, o presidente Rojas Paul teria lamentado o fim da “única República que existia na América”. Mas isso não impediu que o país reconhecesse o novo regime ainda em janeiro de 1890.

Nos Estados Unidos da América, contudo, o reconhecimento formal teve que esperar pouco mais de três meses pela aprovação do Congresso – embora o presidente Harrison tivesse ordenado, já no dia 20 de novembro, que seu representante no Rio de Janeiro, Robert Adams, mantivesse relações com o Governo Provisório. O próprio secretário de Estado do país, James Blaine, comunicou tal decisão a Salvador de Mendonça, chefe da nova delegação brasileira na I Conferência Internacional Americana, ocorrida em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890. Mendonça é considerado o responsável pelo estreitamento da aproximação entre Brasil e EUA naquele conclave, já que foi o executor da ruptura que a chancelaria brasileira recomendara em relação às orientações recebidas do governo imperial pelo seu antecessor, Lafaiete Rodrigues Pereira.

Há indícios de que Mendonça buscou, com sucesso, agilizar a formalização do reconhecimento da República pelos EUA. Alertado pelo barão de Itajubá, o chefe da delegação brasileira sabia que os países europeus negavam-se a preceder a maior república do continente no estabelecimento de relações formais com o Governo Provisório. Na prática, isto pareceu evidenciar o reconhecimento europeu da Doutrina Monroe e da emergente influência ianque nas Américas.

Por isso, Mendonça procurou os delegados norte-americanos no conclave (Charles Flint, Thomas Jefferson Coolidge e Andrew Carnegie), que parecem ter exercido alguma influência sobre a decisão do secretário de Estado Blaine. Mas o reconhecimento formal da República pelos EUA ainda tardaria: em 2 dezembro de 1889, mensagem do presidente Harrison ao Congresso comunicava a decisão de 20 de novembro; à iniciativa do Executivo seguiu-se a polêmica no Legislativo, que arrastou até 29 de janeiro de 1890 a recepção solene dos representantes brasileiros, Amaral Valente e Salvador de Mendonça, pelo “grande irmão do Norte”. É digno de nota que pesou favoravelmente ao Brasil a argumentação de alguns senadores norte-americanos que alertaram para a ameaça de intervenção européia em favor da Monarquia a pretexto de defender interesses econômicos, invocando a urgência de reconhecer a República brasileira como forma de salvaguardá-la, e à América, debaixo da proteção da Doutrina Monroe.

NEGOCIAÇÕES NA EUROPA

Se os países americanos reconheceram a República brasileira em menos de três meses, na Europa a tarefa foi mais demorada, tendo demandado mais esforços, diplomatas experientes e negociações hábeis. Nenhum país europeu reconheceu o novo regime brasileiro antes de 29 de janeiro. Depois que os EUA o fizeram, a maioria das potências européias seguiu o exemplo ao longo do ano de 1890, mas apenas após a eleição do primeiro Congresso Nacional, investido de poderes constituintes. Exceções relevantes foram a França, que não esperou a eleição; a Grã-Bretanha, que só formalizou o reconhecimento após a promulgação de uma Constituição; e a Rússia czarista, que o faria apenas seis meses depois da morte do imperador deposto.

A França reconheceu a República três meses antes de qualquer outra potência, como fruto de cinco meses de negociações conduzidas pelo barão de Itajubá. Durante esse período, os representantes da III República parisiense tentaram barganhar o reconhecimento em troca da resolução de pendências de seu interesse. Em maio, o governo francês prometeu reconhecer a República em troca de compromisso brasileiro com o princípio do

arbitramento na questão da Guiana Francesa. Satisfeita tal condição, o presidente Carnot recebeu as credenciais de Itajubá em 20 de junho de 1890, quase três meses antes da primeira eleição republicana.

Em 15 de setembro de 1890, realizou-se o pleito que formaria o primeiro Congresso Nacional brasileiro. Nos dois meses seguintes, reconheceram formalmente a República brasileira os governos de Portugal, Suíça, Santa Sé e Itália. O II Reich alemão foi um pouco mais lento: afinal, desde o início do ano desenrolava-se uma queda de braço entre o imperador Guilherme II e o chanceler Bismarck pelo comando da política externa da potência militar.

Mesmo depois da demissão do “chanceler de Ferro”, em março, informações contraditórias da chancelaria alemã e de seu representante no Rio de Janeiro continuaram a retardar o reconhecimento. Enquanto isso, a representação brasileira em Berlim mudava ao sabor das aposentadorias: na legação de Berlim o barão de Jauru, César Sauvay de Lima, foi substituído pelo secretário Henrique de Miranda; em julho, o novo ministro brasileiro, Toledo Pisa e Almeida, foi recebido oficiosamente pelo governo alemão, mas seria substituído pelo barão Itajubá em agosto. Finalmente, em 29 de novembro de 1890, ele foi o primeiro representante da República a apresentar oficialmente suas credenciais ao governo de Berlim – onde morreu, em novembro de 1897, após anos de experiência diplomática como ministro brasileiro em Washington, Madri e Paris.

A Bélgica tinha prometido ao representante brasileiro, conde de Villeneuve, reconhecer a República depois que a Grã-Bretanha ou a Alemanha tivessem criado o precedente. Mas, mesmo após satisfeita esta condição, a representação brasileira teve que resolver reclamação dos acionistas da Companhia Belga do Gás do Rio de Janeiro antes de obter o reconhecimento formal do novo regime pelo governo de Bruxelas.

A Grã-Bretanha, por sua vez, formalizaria seu reconhecimento depois da promulgação da primeira Constituição republicana, em fevereiro de 1891. Tacitamente, a chancelaria de Lord Salisbury mantinha relações oficiosas com o Governo Provisório desde que o visconde de Arinos foi substituído pelo conselheiro Sousa Correia como ministro do

Brasil em Londres, em junho de 1890. De acordo com Bueno, o governo britânico aceitou a República como fato consumado logo após o 15 de novembro, pois o seu representante no Rio de Janeiro, Windham, informou ao Foreign Office que a situação no país era calma e não ameaçava os interesses ingleses, de modo que o envio de um navio de guerra pelo almirantado era desnecessário. Ademais, no primeiro aniversário da República (15/11/1890), quando se iniciaram os trabalhos da Constituinte, Salisbury determinou, na prática, o reconhecimento do novo regime por meio da saudação de navios de guerra britânicos à bandeira brasileira. Mas o reconhecimento oficial do Foreign Office, relativamente tardio, veio apenas em 4 de maio de 1891. Foi acompanhado, contudo, de recomendação para que Sousa Correia fosse considerado acreditado, retroativamente, desde que fora recebido em caráter oficioso em Londres, em junho do ano anterior – sugestivamente, o mesmo mês em que a França tinha estabelecido relações oficiais com a República brasileira.

Luigi Bonafé

FONTES: BRANCATO, S. *Arquivo* (v.1); BUENO, C. *República*; CARVALHO, C. *História* (v. 13); RODRIGUES, J.; SEITENFUS, R. *Uma história*.